

# Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico 7

Luciana Pavowski Franco Silvestre  
(Organizadora)



 **Atena**  
Editora

Ano 2018

**Luciana Pavowski Franco Silvestre**  
(Organizadora)

# **Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico**

## **7**

**Atena Editora**  
**2018**

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas no Brasil [recurso eletrônico] : exploração e diagnóstico 7 / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico; v. 7)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-064-3

DOI 10.22533/at.ed.643192201

1. Administração pública – Brasil. 2. Brasil – Política e governo.  
3. Planejamento político. 4. Política pública – Brasil. I. Silvestre,  
Luciana Pavowski Franco. II. Série.

CDD 320.60981

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

O e-book “Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico” apresenta 131 artigos organizados em sete volumes com temáticas relacionadas às políticas de saúde, educação, assistência social, trabalho, democracia e políticas sociais, planejamento e gestão pública, bem como, contribuições do serviço social para a formação profissional e atuação nas referidas políticas.

A seleção dos artigos apresentados possibilitam aos leitores o acesso à pesquisas realizadas nas diversas regiões do país, apontando para os avanços e desafios postos no atual contexto social brasileiro, e permitindo ainda a identificação das relações e complementariedades existentes entre a atuação nos diferentes campos das políticas públicas.

Destaca-se a relevância da realização de pesquisas, que tenham como objeto de estudo as políticas públicas, bem como, a disseminação e leitura destas, visando um registro científico do que vem sendo construído coletivamente na sociedade brasileira e que deve ser preservado e fortalecido considerando-se as demandas de proteção social e de qualificação da atuação estatal em conjunto com a sociedade civil em prol da justiça social.

Boa leitura a todos e todas!

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A CENTRALIDADE DO TRABALHO NA SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA	
<i>Najila Thomaz de Souza</i>	
<i>Renata Soraia de Paula</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6431922011</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>12</b>
A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE: DILEMAS E DESAFIOS IMPOSTOS PELA SOCIEDADE BRASILEIRA	
<i>Francisca Thamires Lima de Sousa</i>	
<i>Leila Moraes Nogueira Azevedo</i>	
<i>Leida Cabral Nascimento Silva</i>	
<i>Ana Karolina Pinheiro Carvalho da Silva</i>	
<i>Thalyne Dutra Falcão</i>	
<i>Maria dos Reis Araújo Souza</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6431922012</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>22</b>
A PRODUÇÃO DE LEITE NA MICRORREGIÃO DE IMPERATRIZ/MA E AS POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO DO CAMPESINATO EM ATIVIDADES MERCANTIS	
<i>Jonatha Farias Carneiro</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6431922013</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>37</b>
CAPITALISMO FLEXÍVEL X DIREITOS TRABALHISTAS	
<i>Veneranda Acosta</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6431922014</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>48</b>
EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL NO AMBIENTE DE TRABALHO NO BRASIL: DAS EXPERIÊNCIAS PONTUAIS À FORMAÇÃO DE UM FÓRUM EMPRESARIAL LGBT	
<i>João Bosco Hora Góis</i>	
<i>Kamila Cristina da Silva Teixeira</i>	
<i>Francisco José Mendes Duarte</i>	
<i>João Luis Alves Pinheiro</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6431922015</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>59</b>
FINANCEIRIZAÇÃO E DESINDUSTRIALIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO BRASILEIRA A PARTIR DA DÉCADA DE 1990	
<i>Daniele de Fátima Amorim Silva</i>	
<i>Talita de Sousa Nascimento</i>	
<i>João Carlos Souza Marques</i>	
<i>Jainne Soares Coutinho</i>	
<i>Gianna Beatriz Cantanhede Rocha de Lima</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6431922016</b>	

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>72</b>
IDEOLOGIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE: EM BUSCA DO ESTATUTO ONTOLÓGICO	
<i>Cristiane Porfírio de Oliveira do Rio</i>	
<i>Lenha Aparecida Silva Diógenes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6431922017</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>83</b>
MEDIDAS DE ATIVAÇÃO NOS SISTEMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL: RETORNO À ADMINISTRAÇÃO DO MÉRITO?	
<i>Juan Felipe Alves de Oliveira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6431922018</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>91</b>
O PROCESSO DE AUTOMAÇÃO E SUA INFLUÊNCIA NO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO: UMA ABORDAGEM A PARTIR DO BANCO DO BRASIL	
<i>Roosevelth Ramos Barroso Carvalho</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6431922019</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>103</b>
OS FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DO TRABALHO E A COMPREENSÃO DO SERVIÇO SOCIAL	
<i>Joselita Olivia da Silva Monteiro</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.64319220110</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>111</b>
PALMAS, OPORTUNIDADES PARA QUEM? “CONCURSEIROS” EM BUSCA DO SERVIÇO PÚBLICO	
<i>Rute Andrade dos Santos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.64319220111</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>125</b>
PRAZER E SOFRIMENTO NO TRABALHO DE PROFISSIONAIS QUE ATUAM EM STARTUPS EM SÃO LUÍS, MA	
<i>Heitor Natividade Oliveira</i>	
<i>Carla Vaz dos Santos Ribeiro</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.64319220112</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>142</b>
PRONATEC NO PARÁ: A PERFORMANCE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ENTRE O DECLARADO E O CUMPRIDO	
<i>Erbio dos Santos Silva</i>	
<i>Maria do Socorro Vasconcelos</i>	
<i>Genilda Teixeira Pereira Amaral</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.64319220113</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>156</b>
REDE DE INCUBADORAS DE EMPRESAS NA REGIÃO AMAZÔNICA: DESENVOLVIMENTO E EMPREENDEDORISMO LOCAL NO ESTADO DE RONDÔNIA	
<i>Gabriele Aires da Silva</i>	
<i>Samuel dos Santos Junio</i>	
<i>Emi Silva de Oliveira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.64319220114</b>	

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>168</b>
TRABALHO E QUALIFICAÇÃO NA SOCIEDADE EM REDE <i>Aldo Vieira Ribeiro</i> DOI 10.22533/at.ed.64319220115	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>183</b>



## O PROCESSO DE AUTOMAÇÃO E SUA INFLUÊNCIA NO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO: UMA ABORDAGEM A PARTIR DO BANCO DO BRASIL

### Roosevelth Ramos Barroso Carvalho

Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.  
Especialista em Gestão Pública. Bacharel em  
Administração.

**RESUMO:** Trata-se de uma análise do processo de automação e seus impactos na produtividade no setor bancário brasileiro, mais especificamente no Banco do Brasil na década de 1990 até a atualidade e seus impactos nos processos de trabalho bancário que vem fortalecendo a acumulação do capital nesse setor, desestruturando os direitos trabalhistas e redefinindo o papel do bancário, no contexto da reestruturação produtiva.

**PALAVRAS-CHAVE:** Acumulação flexível. Automação. Bancário. Precarização. Trabalho.

**ABSTRACT:** This is an analysis of the automation process and their impact on productivity in the Brazilian banking sector, but specifically in the Bank of Brazil in the 1990s until today, and their impact on banking work processes that has strengthened the accumulation of capital in this sector, disrupting labor rights, redefining the role of banking in the context of productive restructuring.

Key words: Flexible Accumulation, Automation, Banking, and Precarious Work.

### 1 | INTRODUÇÃO

A experiência brasileira com a automação bancária constitui um exemplo ontológico do emprego produtivo de tecnologias de informação em um país em processo de desenvolvimento. No Brasil, os bancos comerciais têm feito um amplo uso de equipamentos para processamento de dados, tendo instalado seus primeiros computadores no início dos anos 1960, expandindo suas bases em ritmo acelerado nos anos 1970 e começando a experiência da automação nas agências através de sistemas de processamento e distribuição de dados.

A automação, enquanto categoria de análise, possui diferentes interpretações, e neste contexto, apesar de estar a serviço do capital para um maior fortalecimento da economia, também se configura como estratégia de expansão do setor de serviço, cuja finalidade é facilitar a vida do trabalhador e possibilitar ganho de tempo, e maior produtividade no setor financeiro. Portanto, apresenta-se como uma estratégia de mudança na organização do trabalho e na produtividade dos recursos bancários, maximizando a capacidade do setor para prestar melhores serviços e oferecer melhores produtos, ao mesmo tempo em que aumenta o acesso dos clientes às facilidades de gerenciamento do seu dinheiro, incluindo



suas próprias contas.

Todo esse processo, fruto da reestruturação produtiva, tem um impacto significativo na vida do trabalhador bancário. Suas consequências aparecem no cotidiano profissional de forma concreta, desafiando o próprio sistema a encontrar alternativas viáveis de solução para tais problemas. A relevância da discussão ora proposta foi fruto de profundas reflexões e análises que culminaram com a elaboração da dissertação de mestrado, intitulada “AUTOMAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO DOS BANCÁRIOS: a experiência do Banco do Brasil a partir dos anos 1990”, defendida em 2015, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, da Universidade Federal do Maranhão, tendo como universo de pesquisa o Banco do Brasil.

## **2 | A ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL E SEUS DESDOBRAMENTOS NO SETOR BANCÁRIO**

A acumulação flexível origina-se como um estratagema das grandes corporações com o firme propósito de suplantar as situações preocupantes do desenvolvimento capitalista no ciclo crítico estrutural do capital, cujo traço marcante é a crise da mundialização financeira e o novo estigma imperialista. Este processo ocasionou um violento crescimento da produção de mercadorias, e nos parâmetros de benefícios comparativos no âmbito concorrencial e internacional, vai expandir na metade do decênio 1960, formando um novo embasamento organizacional, tecnológico e sociometabólico destinado à exploração da força de trabalho humana. Nas formulações de David Harvey, a acumulação flexível tem como principal característica o choque frontal com a rigidez do fordismo.

Flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo que se caracteriza pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos; novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros; novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (HARVEY, 1993, p.140).

David Harvey conceitua a acumulação flexível, caracterizando-a como um extensivo processo de transformações sucedidas na economia política e cultura do capitalismo mundial, a partir da grande crise econômica, em meados da década de 1970. Isso se explica pelo fato de, antes de tudo, uma das principais características histórico e ontológica do modo de produção capitalista é buscar sempre flexibilizar as condições de produção. De acordo com Marx, uma das principais características ontológicas do capital é sua extraordinária capacidade de “desmanchar tudo que é sólido”, transformar, de maneira constante, as condições de produção; pôr – e repor – novos horizontes de variabilidade no processo de valorização nos seus vários aspectos

(MARX; ENGELS, 1998; MARX, 1996).

Assim, na constituição da produção capitalista a acumulação flexível, que gera valor, resulta em suas primícias a introdução do trabalho assalariado e a não propriedade do fruto deste trabalho, impulsionando um desequilíbrio social e uma frágil condição de vida deste trabalhador, uma total separação do trabalhador de seus meios de produção (MARX, 1996). Daí o fato do desenvolvimento do trabalho assalariado ser considerado uma particularidade ontológica.

Dessa forma, a acumulação flexível, nada mais é que uma recomposição de fatores indispensáveis da produção capitalista em meio a novas condições de desenvolvimento do capital e da própria crise estrutural por qual ele passa fortalecendo as determinações do capital financeiro no final de século XX, e não apenas uma ruptura de acordo com o modelo de desenvolvimento vigente. O fortalecimento do neoliberalismo, proveniente das revoluções por que passou a indústria e a tecnologia, permitiram uma consolidação da reestruturação produtiva do capital neste período.

É exatamente no período em que compreende os anos de 1980 e 1990, principalmente nos países centrais, que observamos as inovações capitalistas, a flexibilização da produção e a introdução da automação nos setores financeiros da economia capitalista, a exemplo dos modelos de gestão da força de trabalho, como *Just in Time*, *Kanban*, Círculos de Controle da Qualidade, além de uma gama de Programas de Qualidade Total e racionalização da produção. Logo, são décadas de puro *frenesi* e cristalização da cognominada acumulação flexível e de uma reestruturação produtiva em que o momento predominante é o modo de organização da produção conhecido como toyotismo. Isso vem gerando transformações nos processos de trabalho, inclusive no setor bancário. (ANTUNES, 2006; ALVES, 1999)

Tais movimentos engendraram uma classe mais complexa e fragmentada, constituída de uma força de trabalho apta a operar equipamentos microeletrônicos, mas também de uma grande massa de trabalhadores sub-remunerados e em condições precárias de emprego, desvinculados dos sindicatos. As tendências de queda dos níveis de sindicalização e de redução do número de greves na maioria dos países capitalistas centrais e periféricos são significativas das dificuldades maiores do movimento sindical dos trabalhadores dos anos 90, em escala mundial. (ANTUNES, 1999, 36-45).

De fato, tais transformações fortaleceram o processo de automação, principalmente no setor financeiro, o que gerou um ganho para o capital em fatores como tempo, serviços, produção, além de resultar em uma contrapartida perversa, quando desqualifica; redefine e desestrutura o trabalhador bancário, que neste momento em nome da acumulação flexível, precisa se adaptar às novas regras de produção. (BLASS, 1989)

Harvey fortalece tais análises quando afirma que o capital se autovaloriza de uma forma nunca vista em todo processo de produção, transferindo seus espaços produtivos para regiões com padrões salariais mais baixos, abusando da contratação

de assalariados em condições precárias e informais e selecionando e controlando uma força de trabalho que permita maior extração de ganhos de produtividade, num quadro de expansão descontrolada de uma população trabalhadora supérflua e de queda na capacidade organizativa dos sindicatos, o capital usufrui de condições privilegiadas para exercer seu domínio sobre o trabalho (HARVEY, 1993).

A inclusão de um novo paradigma tecnológico efetivado nos últimos anos, fundamentado na revolução da microeletrônica, tem desencadeado profundas transformações nos mais diversos segmentos da atividade econômica. E em meio a essa conjuntura, o setor bancário é um dos ramos que mais tem absorvido impactos ocasionados por esse novo ditame, até mesmo pelo fato de este ser um dos grandes possuidores de equipamentos de base microeletrônica. O empreendimento brasileiro com a automação bancária implanta um momento épico do emprego produtivo de tecnologias da informação em uma nação em franca expansão de industrialização.

O motivo pelo qual as organizações empresariais saem à procura de inovações tecnológicas, com base na microeletrônica e na informática é, acima de tudo, o agente da competitividade. Assim sendo, a diversificação dos tipos de serviços oferecidos pelos bancos no Brasil instituiu um notável diferencial competitivo. Os bancos da rede pública, por exemplo, foram pressionados a prontificar os mesmos tipos de serviços que os da rede privada sob a punição de perderem sua imagem e o mercado. A investida com a finalidade de galgar patamares de competitividade cada vez mais íngremes está fazendo com que as empresas desse setor dispensem maior atenção às necessidades do cliente, visando melhorar a qualidade dos serviços prestados pela introdução de novas tecnologias.

Portanto, a expansão do processo de automação bancária no Brasil, especialmente no que se refere aos serviços bancários, torna-se extremamente evoluído, impactando diretamente no trabalhador com maior grau de associação das operações ao nível das agências nos sistemas de rede *online*, novos serviços e maior agilidade no setor financeiro.

### **3 | A AUTOMAÇÃO E OS PROCESSOS DE TRABALHO NO BANCO DO BRASIL**

O Banco do Brasil é uma instituição pública de ordem financeira criado no Brasil pelo príncipe regente D. Joao VI, na cidade do Rio de Janeiro em 1808, denominado de *Banco Nacional* ou *Banco Público*, foi constituído com o objetivo de promover o comércio local. A ideia de se criar um banco ligado ao Estado já circulava em Portugal antes mesmo da vinda da corte para o Brasil. Desde o século XVIII, o italiano Domingos Vandelli, radicado em Portugal, era defensor da proposta da criação de um banco que receberia os depósitos públicos, da Casa da Moeda e dos diamantes, e poderia antecipar ao governo os rendimentos do Erário (PIÑEIRO, 2003).

Somente a partir da década de 1960, a sede do Banco foi transferida para

Brasília sendo inaugurada uma filial em Nova Iorque. E somente em 1973, as ações do Banco do Brasil começaram a ser negociadas na Bolsa de Valores. Hoje, o Banco do Brasil tem mais de 15 mil agências bancárias espalhadas pelo país e pelo mundo, demonstrando, dessa forma, a sua grandeza e importância para o desenvolvimento e crescimento econômico do país.

No Brasil, com a conjuntura da reestruturação produtiva montada a partir da década de 1990, resultado das transformações advindas do impulsionamento das políticas neoliberais, a automação bancária é vista como processo inovativo alicerçada na gestão descentralizada. A orientação, pautada pelas políticas setoriais neoliberais, proporcionou o desenvolvimento da reestruturação territorial seletiva dos fluxos das operações financeiras, efetuada através da desintegração vertical, da diferenciação e da ampliação do escopo das atividades e pela reorganização influenciando diretamente nos processos de trabalho dos bancários. (PIRES, 1997, p. 3).

O processo de trabalho bancário brasileiro, em sua história, apresenta basicamente três etapas. A primeira compreendida até a década de 1960, quando o trabalhador exercia praticamente a gestão sobre a execução do seu trabalho. Na segunda etapa, a qual se estende até a década de 1980, prevalece o padrão taylorianofordista, que se apoia em rotinas pré-definidas e programas de computadores, ocasionando, pois, a desqualificação do trabalhador bancário. Nessa década, a difusão de novas tecnologias de computadores se propaga no ambiente do trabalho bancário. Conseqüentemente, uma parte da atividade desses trabalhadores foi transferida para os próprios clientes; a informação começa a ser disponibilizada *online*.

A terceira e última etapa compreende a década de 1990, recorte desta pesquisa, que se caracterizou pelo aceleração do processo de automação com uma considerável destruição de postos de trabalho. Percebe-se, assim, nesta fase, um poder de maior envergadura do processo de automação, o qual vai contribuir para a intensificação do trabalho, descumprimento da jornada laboral, além da destruição do poder de compra desse trabalhador, o que acaba caracterizando um quadro de agravamento da precarização do trabalhador dos bancos, e em especial do Banco do Brasil.

As mudanças implantadas no processo de trabalho bancário, com a adoção de novas tecnologias, com destaque à automação, foram acompanhadas por um ajuste estrutural que promoveu a flexibilização interna, reorganização funcional e precarização dos contratos e das tarefas bancárias. Uma modernização que, vai além dos objetivos econômicos, termina por se constituir por uma estratégia de sobrevivência empresarial adotada pelas instituições bancárias. As transformações em conjunto diversificaram os padrões organizacionais, redefiniram os papéis executados dentro das agências bancárias, a concepção que o bancário tinha sobre o seu próprio trabalho, a (re) caracterização dos comportamentos da categoria bancária e a mudança no perfil de adoecimento físico e mental decorrente do trabalho. (Silva, 2009, p. 93)

Desta maneira, para compreender de forma mais sistemática as consequências das transformações no mundo do trabalho dos bancários, observamos desde a redefinição salarial, as condições de trabalho, a percepção que este trabalhador possui do banco, entre outros aspectos. Em uma pesquisa sistematizada, vale salientar que entre os dados apresentados, a automação elevou a precarização do trabalho, justificando a necessidade deste sujeito cada vez mais capacitado e multiuso a serviço dos diferentes espaços e atividades desenvolvidos pelo banco.

A natureza significativa desse processo de precarização chega a afetar até mesmo a saúde desses trabalhadores. Ao questionar o porquê da escolha do Banco do Brasil para inserção no mundo do trabalho, percebeu-se uma perspectiva do emprego bancário na busca por status e possibilidade de uma vida melhor, um sustento familiar mais seguro. É sabido que a aceção do trabalho sofre também um processo de redefinição durante as constantes mutações do capitalismo. Neste sentido, a atividade profissional é definida objetivamente por Campos (1993 apud RIBEIRO; LÉDA, 2004), da seguinte forma: “já não existe um trabalho que valha mais do que o outro: é mais válido o que paga melhor. Já não existem, portanto, profissões de maior prestígio, e sim profissões que abrem as portas para o dinheiro e o êxito” (RIBEIRO; LÉDA, 2004, p. 80).

Dentre as mudanças ocorridas no universo organizacional bancário, percebe-se que a expropriação do saber tem sido uma das principais consequências apontadas não só pelas referências que trabalham essa temática, mas também como resultados da pesquisa. Nas formulações de Grün (1986), desde a implantação dos princípios tayloristas a atividade bancária vive um intenso processo de “desencantamento do antigo *métier*” (GRÜN, 1986). Já para Blass (1989), nessa discussão da expropriação do saber bancário há um viés comparativo entre os bancos do passado, representados pelo ofício que exigia inteligência e conhecimentos específicos de contabilidade e a tendência marcada pela incorporação de máquinas automáticas e subtração dos conhecimentos, saberes e habilidades dos bancários, encarregados pela execução de novas tarefas empobrecidas (BLASS, 1989).

No final da década de 1950 e começo da década de 1960, o perfil do bancário era de um representante da pequena burguesia urbana, o qual tinha como característica principal ser um “trabalhador diferenciado” face ao caráter não braçal do seu trabalho. Os cargos eram considerados elitizados, haja vista que começavam sua carreira em posições mais destacadas. Os pisos da profissão bancária, e até mesmo os cargos, eram considerados diferenciados, uma vez que não permitiam o acesso comum a todos. O reconhecimento social, que comprovava, entre outros aspectos, a origem de boa família, obtido através da rede de relações sociais, pessoal e da própria família, era importante para conseguir a admissão e preencher os requisitos de fidelidade e confiança (GRÜN, 1986).

Já os bancários dos anos 1970 e 1980 tinham o perfil diferente. A maioria era formada por caixas e escriturários geralmente jovens estudantes que desempenhavam

funções rotineiras de baixa qualificação, apesar da sua alta escolaridade, não demonstravam pretensões de fazer carreira dentro do banco, justificando as altas taxas de rotatividade da época (*turnover*). Para Larangeira (1997), diferentemente dos bancários apresentados nos anos 1960, o trabalho bancário era visto como um investimento para a carreira profissional (LARANGEIRA, 1997).

Aquela imagem do trabalhador bancário de “terno e gravata” surge da diferenciação do trabalho “limpo”. Acreditava-se na ascensão econômica e social garantida, mesmo para aqueles que vinham de outro nível social menos privilegiado, como os trabalhadores industriais, juntamente à expansão do trabalho que não precisava sujar nem as mãos nem as roupas, ao contrário da classe operária.

Para fazer parte do seleto trabalho bancário era necessário ser pertencente, preferencialmente, à classe média letrada e, obrigatoriamente, adquirir comportamentos e expectativas compatíveis aos depositantes e clientes das agências (RIBEIRO, 1999). Isso retrata na perspectiva de Gravina e Rocha (2006) onde o mundo do trabalho, enquanto “atividade humana”, sofreu um processo de transposição das condições “rudimentares” até chegar à automação dos dias atuais avançando rumo à automação, ultrapassando as antigas características do trabalho essencialmente manual, desenvolvendo a personalidade, moldando o trabalhador, tornando-se meio de sustento.

Os desdobramentos das estratégias de gestão foram adotados pelos bancos com o intuito de delegar aos novos bancários as atividades de consultoria financeira e comercialização de novos produtos e serviços, como os cartões de crédito, seguros, previdência privada e títulos de capitalização (GRAVINA; ROCHA, 2006). Ou seja, passaram a valorizar os trabalhadores responsáveis pelo setor comercial, reconhecendo-os como qualificados e rotulando os bancários do setor administrativo como semiquificados (BATISTA, 2008). Essa nova etapa de qualificação do bancário também foi demonstrada pelos trabalhadores do Banco do Brasil:

*A que ponto chegamos! Antes trabalhávamos com o dinheiro; hoje, nós o vendemos. Acho que esse nome “bancário” deveria desaparecer. É paradoxal você ser imbuído de uma profissão que não faz jus a ela. Não existe mais “bancário”. Deveriam inventar um outro nome para essa profissão. Sei lá! Vendedor de alguma coisa, comerciante; seria mais sensato. Fico impressionada com essas mudanças. (Entrevistado G).*

Isso reflete as mudanças que o trabalhador percebe no dia a dia da produção, conforme pergunta feita no interior do questionário. Neste sentido, há um novo cenário cujas exigências apelam a um novo perfil do trabalhador; novos pré-requisitos que refletem o novo contexto do processo de trabalho. Portanto, um perfil que requer um bancário modelável às exigências do mercado, e com uma capacidade constante de se adaptar frente às mudanças do dia a dia da produção (GOÉS; SOUZA, 2008).

A forma de trabalhar hoje requer um bancário com uma concepção mais holística,



possuidora de habilidades para lidar com situações contingenciais, subjetivas e diversificadas, pronto a operar máquinas com rapidez e destreza nos movimentos corporais. A verdadeira dimensão das vicissitudes por que passam os empregados bancários dentro das agências prejudica e até mesmo dificulta a percepção da realidade vivenciada sob os olhares de todos.

A falta de informação diante do silêncio de gerentes e gestores parece fazer com que as administrações sejam incapazes de admitir o processo de adoecimento de seus trabalhadores e terminem não reconhecendo as condições de sofrimento humano como um problema de ordem administrativa e resultado da acumulação do capital. Isso gera questões ideológicas e éticas as quais envolvem as culturas corporativas que ratificam tornando-se cada vez mais uniformes e fortes, amiúde, manipuladas como mecanismos de dominação e controle sobre os trabalhadores. Essa situação fica bem nítida na declaração do empregado bancário, o qual se vê coagido a aceitar compromissos que vão de encontro aos seus princípios éticos e morais:

*Sei que não estou aqui para ponderar sobre algumas questões, mesmo sabendo que não estou de acordo com muitas delas. Mas eu sou pago para vestir a camisa da instituição e dar o melhor de mim. Agora, que muitas coisas por aqui são atropeladas, não tenha dúvida! Porém o que está em jogo é vender cada vez mais, em que pese o fato de muitas vezes o cliente não estar precisando daquele produto, mas temos que “aproveitar toda e qualquer oportunidade”. A consequência é que tudo isso vai de encontro a qualquer princípio ético, moral, seja lá o que for. (Entrevistado I).*

De acordo com os estudos de Penella (2000), o trabalho tem o poder irrestrito de influenciar as atitudes e os comportamentos, como também de construir a identidade de quem está em sua submissão. Os efeitos ultrapassam os ambientes internos das instituições e passam a influenciar o círculo de amizades e até mesmo os momentos familiares (PENELLA, 2000):

*É meio complicado esse negócio de levar trabalho para casa. É a mesma coisa que levar o banco com você. Aliás, você fica com uma neurose de querer aproveitar toda e qualquer oportunidade em nome da “venda”. A gente acaba oferecendo os produtos para a própria família. (Entrevistado A).*

De acordo com Jacques (2006), o aprimoramento contínuo exigido pelas modernas gestões de pessoal também constitui um forte mecanismo de seleção dentro das organizações. Esse fator instiga a sensação constante de controle e é interpretada como a “vigilância para não perder o emprego, para ser o melhor, para enxergar à frente” (JACQUES, 2006, p. 154).

Como consequência desse processo de reestruturação produtiva, Antunes (2002) ressalta a desregulamentação dos direitos trabalhistas, a fragmentação da classe trabalhadora, a precarização e a terceirização do trabalho, o desemprego e



a fragilização ou destruição do sindicalismo de classe (ANTUNES, 2002). Desde que começou, essa reorganização produziu a eliminação de postos de trabalho. No início, as ondas de demissão ocorriam em consequência dos ajustes para compensar os impactos que os sucessivos planos de estabilização exerceram sobre as receitas inflacionárias dos bancos. Mas são vários os outros motivos responsáveis pela redução do número de bancários (DIEESE<sup>1</sup>, 1998).

Não obstante, um dos principais motivos associados ao desemprego é a automação. Como facilitadora do aumento nos ganhos por produtividade e competição, eliminou a atuação direta do bancário em diversas atividades dentro do processo de trabalho (SCHMITZ; MAHL, 2000). As metamorfoses nas organizações, também consideradas como responsáveis pela demissão dos bancários, alteraram o conteúdo das funções e as rotinas dentro das agências, dispensando as chefias intermediárias que executavam o controle e a supervisão, estimulando novos grupos que assumissem novas tarefas e se responsabilizassem por sua execução (DIEESE, 1998).

Através da terceirização, considerada uma nova forma de relação de trabalho, algumas tarefas, originalmente desenvolvidas por bancários, foram transferidas para outras empresas especializadas.

O conhecido trabalho bancário era definido como uma “técnica exercida, especialmente, sobre determinado objeto, o papel ou sucedâneo, mediante instrumentos com a finalidade de produzir operações e informações; enfim, serviços que têm valor de mercadoria”. Com origem na arte da escrita, mais intimamente ligada à área de contabilidade, caracterizou-se por ser “um trabalho mental vertido no papel sob a forma de símbolos linguísticos, números ou outros modos de representação escrita” (RIBEIRO, 1999, p. 59).

Já as tarefas bancárias exigiam caligrafia e redação, além dos conhecimentos contábeis. O contador detinha o controle das operações de entrada e saída de recursos da agência e também controlava os outros funcionários a ele subordinados - o subcontador, o chefe de expediente, os caixas e os escriturários, os contínuos e o pessoal de apoio. A figura do contador possuía o maior conhecimento sobre os procedimentos contábeis e as normas do banco (PENELLA, 2000, p. 55).

Percebe-se que a maioria dessas funções, executadas manualmente por vários funcionários, foi sendo paulatinamente substituída por máquinas, reduzindo o número de bancários ou até mesmo eliminando boa parte deles. Todas estas questões observadas culminaram com uma nova forma de inserção do trabalho, altamente utilizada no setor financeiro, que alterou significativamente a vida dos trabalhadores na atualidade.

---

1 Disponível em: <http://www.dieese.org.br/esp/bancario.zip>.

## 4 | CONCLUSÃO

O capitalismo, enquanto formação social consegue de forma bastante dinâmica subordinar relações tipicamente não capitalistas a seu processo de reprodução. É um elemento necessário como condição de sua própria reprodução. Esta condição de existência do capitalismo é enfatizada por Rosa Luxemburgo ao relatar a necessidade que o capitalismo tem em sua própria existência de criar camadas sociais não capitalistas, como mercado para a produção e espaço de mais-valia, e como reservatório de mão de obra assalariada. (LUXEMBURG, 1983, p. 317).

Nesta forma de análise, o capitalismo se encontra necessariamente produzindo e reproduzindo não só relações, mas também alternativas de acumulação cada vez mais selvagens, em diferentes áreas que estão subordinadas às necessidades deste capital, espaços que atuam como elementos importantes na absorção dos excedentes produzidos. Transformando-se em formações socioespaciais, que garantem uma massa de trabalhadores disponíveis para sua utilização no momento em que o capital necessitar. Nesse sentido, destaca-se o espaço bancário como uma das formações socioespaciais que, em seu interior, encontram-se todos esses elementos.

As transformações produtivas nos bancos conjugam novos métodos de organização do trabalho com o uso generalizado da tecnologia de base microeletrônica e informática, convertida em instrumento de elevação da força produtiva do trabalho e de maximização dos lucros das empresas. Assim como no século XVIII, quando a mecanização do trabalho humano reduzia os trabalhadores fabris à condição de “complementos vivos de um mecanismo morto” (MARX, 1989), o desenvolvimento científico e tecnológico em nome do capital conduz a um aprofundamento das relações sociais de dominação.

No Brasil, o processo de trabalho nos bancos sofreu profundas mudanças com a adoção de sistemas automatizados e com a informatização. A essas tecnologias, largamente difundidas no setor, a partir da década de 1990, somaram-se as privatizações, a desnacionalização do setor, a terceirização e a adoção de novas formas de gestão da força de trabalho, mudanças que continuaram a ocorrer de forma mais acelerada até os dias atuais.

Sob a perspectiva do capital, essas mudanças que integram o processo de reestruturação produtiva, resultaram em aumento da produtividade e lucratividade do setor. Por outro lado, do ponto de vista do trabalho, verificou-se estapafúrdia redução de postos de trabalho, intensificação de seu ritmo, sobrecarga de tarefas, aumento do controle e pressão sobre os trabalhadores, o que repercutiu fortemente nas condições de trabalho e na saúde dos trabalhadores do setor. O pioneirismo da automatização e da informatização não tardou em cobrar seu preço – rapidamente o setor financeiro brasileiro tornou-se pioneiro também no registro de casos de LER/DORT, doença estreitamente relacionada à intensificação do trabalho. No âmbito do trabalho, um verdadeiro desmonte e redefinição do papel do bancário, conseqüentemente, uma

maior valorização do setor financeiro concretizando o lucro do capital em provimento da exploração da força de trabalho.

Muito ainda será visto, e muitas descobertas ainda nos surpreenderão, mas no que tange ao processo desta pesquisa, muitas questões já se tornaram extremamente clarificadas. É fato que enquanto houver a necessidade de acumulação da riqueza, uma ou outra classe será sempre explorada e subjugada ao imperialismo do capital. Neste século, assim como o que o antecedeu, nunca existiu uma classe mais expropriada de seus direitos e explorada em todas as suas dimensões e forças do que a classe trabalhadora.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização. São Paulo: Editora Práxis, 1999.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

\_\_\_\_\_ (Org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. Excurso sobre a centralidade do trabalho: a polêmica entre Luckács e Habermas. In: \_\_\_\_\_. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6 ed., São Paulo: Boitempo, 2002. 251 p.

BATISTA, Erika. A (des) qualificação do trabalho bancário na era neoliberal: um enfoque qualitativo sobre o Banco do Brasil. In: SEMINÁRIO DO TRABALHO, VI, 2008, Marília. Anais..., Marília: UNESP, 2008. CD-ROM.

BLASS, Leila Maria Silva. O trabalho bancário: o (re) fazer de todo instante. São Paulo. SEEBSP, 1989.

DIEESE. **Evolução** recente do emprego bancário no Brasil. Texto nº 2/98, Belo Horizonte, jul., 1998. 16 p.

GRAVINA, Marcia Elena Rodrigues; ROCHA, Lys Esther. Lesões por esforços repetitivos em bancários: reflexões sobre o retorno ao trabalho. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, v. 9, n. 2, p. 41-55, 2006.

GRÜN, Roberto. Taylorismo e fordismo no trabalho bancário: agentes e cenários. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 1, n. 2, p. 13-27, 1986. Disponível em: [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_02/rbcs02\\_02.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_02/rbcs02_02.htm). Acesso em: 09 set. 2014.

HARVEY, David. A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX (1990). In: A Condição Pós-Moderna, São Paulo: Edições Loyola, 1993.

JACQUES, Maria da Graça. Acidentes e doenças ocupacionais: implicações psíquicas. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE SAÚDE MENTAL NO TRABALHO, II, 12 a 14 de outubro de 2006, Goiânia. Anais..., p. 150-160, 2006.

LARANGEIRA, Sônia Maria Guimarães. Reestruturação produtiva no setor bancário: A realidade dos anos 90. Revista Educação & Sociedade, ano XVIII, n. 61, dez., p. 110-138, 1997.

LUXEMBURG, Rosa. A acumulação de capital. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1983.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1996. Livro 1.

\_\_\_\_\_. O Capital: crítica da economia política. Livro Primeiro o processo de produção do capital. Volume I. Tradução: Reginaldo Sanf Anna. 13. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1989.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto comunista. São Paulo: Boitempo, 1998.

PENELLA, Isabela. LER: uma jornada de sofrimento no trabalho bancário. Dissertação de mestrado em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000. 198 p.

PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. Negociantes, intendência e o primeiro Banco do Brasil: uma trajetória de poder e grandes negócios. Tempo, Rio de Janeiro, n. 15, p. 71-91, 2003.

PIRES, Hindenburgo Francisco. Reestruturação inovativa e reorganização das instituições financeiras do setor privado no Brasil. Revista Geouerj, Rio de Janeiro, n. 2, p. 65-79, 1997.

RIBEIRO, Carla Vaz dos Santos; LÉDA, Denise Bessa. O significado do trabalho em tempos de reestruturação produtiva. Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro, n. 2, ano 4, UERJ, p. 76-83, 2004.

RIBEIRO, Herval Pina. A violência oculta do trabalho. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

SCHMITZ, Arno; MAHL, Alzir Antônio. Reestruturação e automação bancária versus emprego: um balanço ao final dos anos 90. Teor. Evid. Econ., Passo Fundo, v. 8, n. 15, p. 67-82, nov., 2000.

SILVA, Juliana Lemos. Organização do trabalho e saúde dos trabalhadores: Estudo com bancários do município de Uberaba – MG, 2009.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-064-3

